



ARTIGO

A SOCIEDADE PROPAGADORA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA CAPIXABA EM FINS DO OITOCENTOS

Meryhelen Quiuqui

*Mestre em História Social das Relações Políticas -
Universidade Federal do Espírito Santo.*

Resumo

O presente artigo pretende discutir a participação da sociedade civil, por meio das doações, na construção e organização do Atheneu Provincial, única instituição de ensino público masculina destinada aos jovens que desejassem concluir o ensino secundário. Para tanto, foram analisados oito periódicos que circularam pela província capixaba entre 1849-1888. Ao analisar os jornais, buscou-se identificar quem foram as personalidades que fizeram donativos à instrução pública. Para tanto, empregou-se o método prosopográfico com a finalidade de identificar as características similares dos doadores, como cargos públicos e laços familiares, a fim de compreender os motivos para tais ações filantrópicas. Analisou-se também os relatórios dos Presidentes de província publicados entre 1873-1888, para identificar de que forma as doações eram empregadas pelo poder legislativo e o total das arrecadações. Assim, ao identificar e analisar as ações filantrópicas da população capixaba em benefício à instrução pública, identificou-se que as famílias mais conceituadas e com alto poder aquisitivo organizavam movimentos para arrecadar donativos e faziam volumosas doações.

Palavras-chave: Atheneu Provincial; Instrução Pública; Província do Espírito Santo.

Introdução¹

Após o processo de independência do Brasil, a classe política acreditava que o desenvolvimento ético e intelectual das províncias e da nação brasileira necessitava, em grande parte, da construção de uma elite para assumir os rumos da administração pública e religiosa, bem como formar profissões liberais das mais diversas áreas. A nova organização política brasileira não trouxe nenhuma modificação em relação

¹ Este artigo é um recorte da dissertação de mestrado intitulada *Pantheon das victorias litterarias da mocidade: o Atheneu e o ensino secundário na província do Espírito Santo (1873-1892)*, defendida em 2019 na Universidade Federal do Espírito Santo.

Abstract

This article aims to discuss the participation of civil society, through donations, in the construction and organization of Atheneu Provincial, the only public education institution dedicated to the male audience, aimed at young people who wish to complete secondary education. To this end, eight periods that circulated in the province of Espírito Santo between 1849-1888 were analyzed. In analyzing the newspapers, we sought to identify who were the personalities who made donations to public education. To this end, the prosopographic method was used to identify similar characteristics of donors, such as public offices and family ties, to understand the reasons for such philanthropic actions. Also analyzed were the reports of the Presidents of the province published between 1873-1888, to identify how donations were used by the legislature and the total collections. Thus, when identifying and analyzing the philanthropic actions of the Capixaba population for the benefit of public education, it was identified that the most respected families with high purchasing power organized movements to collect donations and made large donations.

Keywords: Atheneu Provincial; Public Instruction; Province of Espírito Santo; XIX century.

ao ensino secundário, pois não foi contemplado com nenhuma lei específica; ao contrário do ensino de primeiras letras que contou com a criação de regulamento próprio um ano após abertura do parlamento do Brasil. Esse esforço legislativo resultou na Lei de 15 de outubro de 1827, na qual foi instituído que nas localidades mais populosas do Império seriam criadas escolas de primeiras letras (FARIA FILHO, 2011). Além disso, a legislação também definiu o método de ensino, o Lancasteriano², e o processo de seleção dos

² Também conhecido como “ensino mútuo”, o método tinha como característica o emprego dos castigos físicos para corrigir a indisciplina

docentes, por meio de exames públicos sob responsabilidade da administração provincial.

Cabe salientar que, conforme assevera Begoña Bediaga (2017), foi no Espírito Santo³, em 1848, que se produziu o primeiro regulamento para escolas de primeiras letras no país, confeccionado pelo então Presidente de Província, Luiz Pedreira do Couto Ferraz. Segundo a autora, tal proposta serviu de modelo para as normatizações semelhantes nas demais províncias, pois instituiu nas escolas de primeira e segunda classes a figura do Diretor escolar e a prévia liberação para funcionamento das instituições particulares por parte da província.

Nos anos seguintes, os relatos dos Presidentes de Província demonstram o estado crítico e a dificuldade em expandir o ensino primário. A partir desses registros, Dirce Nazaré Ferreira (2015) relata que dentre as principais queixas estavam a crise financeira da província, a falta de professores ou o despreparo deles. Apesar de todos os problemas enfrentados, a autora observa que os relatórios evidenciam a recorrente preocupação dos dirigentes quanto à necessidade de civilizar a população capixaba por meio das letras. Além disso, Sebastião Pimentel Franco (2011) mostra que o progresso no ensino esbarrava também no desinteresse da população, tendo em vista que os pais não viam sentido prático no ensino das letras, optando por manter os filhos nas atividades agrícolas.

Concernente ao ensino secundário, as aulas permaneceram no formato avulso⁴ como padrão em todo território nacional. Somente na década de 1830, esse estágio de instrução foi modificado no campo legal. Visando atender aos anseios provinciais referentes à autonomia política e organizar o ensino pri-

o e o uso de monitores em sala, que seriam os alunos mais avançados no grupo, auxiliando o regente na tarefa de ensinar (FERREIRA, 2015).

³ A primeira escola de ensino primário no Espírito Santo, após a Independência, foi criada em 14 de setembro de 1824, na vila da Vitória, capital da província, e tinha o método Lancasteriano como diretriz pedagógica (DAEMON, 2010).

⁴ Tratava-se de aulas abertas a qualquer pessoa e sem organização curricular. O estudante poderia cursar qualquer matéria do seu interesse, pois não existia série ou ano escolar (QUIUQUI, 2019).

mário e secundário, o governo central optou por descentralizar esses níveis da instrução pública (HAIDAR, 2008). Dessa forma, as províncias estariam envolvidas na promoção do ensino no país por meio da lei que realizou alterações e adições na Constituição (Lei n. 16 de 12 de agosto de 1834 – Ato Adicional). Assim, cabia às Assembleias Legislativas provinciais, a competência de legislar sobre a instrução pública⁵ e decidir os destinos dos recursos financeiros para este fim.

A primeira instituição capixaba para os estudantes secundaristas que desejassem prosseguir os estudos no ensino superior foi o Liceu da Victoria, fundado em 25 de abril de 1854 (DAEMON, 2010). O colégio não tinha um currículo propedêutico, o que tornavam as matrículas nas disciplinas de filosofia, latim, retórica, álgebra, geometria e música, avulsas e de acordo com a conveniência do aluno. Devido à baixa frequência dos alunos, carência de professores habilitados e de recursos públicos, a instituição foi fechada em 1867. No ano seguinte foi criado o Colégio do Espírito Santo, que tinha a missão de formar professores para ministrar as aulas destinadas ao ensino primário, principal dificuldade da instrução pública naquele período.

Com a necessidade de criar uma instituição que pudesse contribuir para o preparo intelectual dos jovens capixabas, João Thomé da Silva, então Presidente da Província, reorganizou as diretrizes do ensino secundário, criando, em 20 de fevereiro de 1873, o Atheneu Provincial (Relatório, em 5 de outubro de 1886). De acordo com o memorialista Basílio Daemon (2010), as aulas tiveram início em 29 de maio do mesmo ano e foi marcada com festa pública. Para o ato de inauguração, compareceram diversas autoridades políticas, familiares dos estudantes, além dos professores e demais funcionários públicos.

⁵ Excluiu-se, porém, da alçada dos parlamentos provinciais a ingerência sobre as faculdades de medicina, cursos jurídicos, academias então existentes e quaisquer outros estabelecimentos que, no futuro, fossem criados por lei imperial. A partir de então, cabia às províncias promover o acesso das crianças e jovens ao ensino escolar primário e secundário, fornecendo todos os meios necessários para o cumprimento de tal objetivo.

Para cumprir com o objetivo de levar progresso, expandir a instrução pública e preparar os jovens para as faculdades do Império, nos primeiros anos de funcionamento, o currículo escolar era formado pelas matérias de filosofia, geometria, história, francês, retórica, inglês, português, geometria, álgebra e aritmética, latim, música e dança (Relatório, em 28 de 1877), onde a maior carga horária era dedicada ao estudo do latim, que deveria ocupar ao menos três horas para o dia proposto à matéria.

É interessante destacar, que o Atheneu Provincial surgiu para sanar uma demanda da elite local que necessitava educar seus filhos para adentrar nas faculdades do império. Cabe salientar que ter o ensino secundário concluído não era pré-requisito para frequentar as faculdades do império, mas fazia-se necessário passar nos exames de admissão (GONDRA; SCHUELER, 2008). A preparação para tais exames poderia ocorrer de diversas formas: em casa com preceptor, com aulas particulares avulsas, autodidatismo ou nas escolas, de modo sistemático.

Diante desse panorama, o objetivo desde artigo é discutir o papel da elite local na construção e manutenção do Atheneu Provincial do Espírito Santo, assim como da estrutura educacional do único colégio masculino secundarista mantido pelo governo provincial entre 1873-1892. Sobre a definição do termo elite, segundo Flávio Heinz (2006), não há consenso, contudo, pode-se dizer que se trata do grupo de indivíduos que ocupam posições-chaves, que dispõem de poderes e influência.

Para alcançar os objetivos traçados, analisou-se fontes de natureza diversas. O primeiro grupo de registros é constituído por documentos oficiais de origem administrativa da instrução pública da província capixaba, que se encontram no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES). Na seção “Fundo de Educação”, analisou-se o *Livro de registro de ofícios da Inspeção de Ensino*, *Livro de registro de ofícios do Diretor da Instrução Pública à Presidência da Província* e *Ofícios recebidos pelo Inspetor Geral da Instrução Pública*, que englobam o período de 1875 a 1879. Nas referidas

fontes encontram-se resoluções de nomeação, substituição, licenciamento e transferências de docentes; correspondências recebidas e expedidas pelo Secretário da Inspeção Pública; relatórios de inspetores e diretores escolares ao secretário e termos de visitas às escolas. Dos documentos oficiais, utilizou-se também relatórios e falas dos Presidentes de Província entre 1873-1888. O estudo pautou-se ainda nos periódicos em circulação pelo Espírito Santo no século XIX, disponíveis no site da Hemeroteca Digital, pertencente à Biblioteca Nacional, que permitiram a coleta de dados biográficos dos doadores.

Ao analisar as fontes manuscritas, localizadas no acervo do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo e dos jornais que circularam pelo Espírito Santo entre 1849-1888, procurou-se identificar quem foram os homens e mulheres que contribuíram financeiramente para a compra do terreno e para a construção do prédio definitivo do Atheneu Provincial, além dos cidadãos que doaram materiais pedagógicos. Para tanto, lançou-se mão do método prosopográfico, também conhecido como método das biografias coletivas, com o objetivo de identificar as características comuns (imutável ou passageira) dos “beneficentes” capixabas. Assim, buscou-se apontar quais famílias organizaram as arrecadações de donativos e suas intenções, os tipos de donativos e de que modo o governo provincial utilizou a verba arrecadada.

Sobre a prosopografia, como salienta Benito Bisso Schmidt (2012), em primeiro lugar, é importante ressaltar que a biografia histórica é, antes de tudo, história, portanto, precisa se pautar pelos procedimentos de pesquisa e pelas formas narrativas próprias a essa disciplina, que se propõe a explicar e/ou a compreender o passado. Assim, a prática do gênero, pelo menos em âmbito acadêmico, deve estar subordinada às regras do métier, entre as quais se destacam a necessidade de: ter como guia de investigação um problema de pesquisa histórica formulado a partir de referências conceituais e de fontes documentais apropriadas; e a de expor os resultados do trabalho em um texto que remeta “para fora” do tex-

COMISSÃO	LOCAL DE ARRECAÇÃO	INTEGRANTES
Primeira	Festa de Nossa Senhora da Penha, na porta da Igreja Matriz e outros lugares.	Nicéa Maria Pereira Corrêa, Rita da C. Rodrigues, Cândida C. Cirne Lima, Anna Sampaio Monjardim, Emília F. de Sant'Anna Lopez, Leonor de M. E. Cunha, Aurea R. d'Almeida.
Segunda	Da frente da Igreja Matriz, seguindo em direção à rua Professor Baltazar e adjacentes.	Cândida R. da Rocha, Maria dos P. R. Sampaio, Maria da C. Vidigal, Amália A. N. F. Netto, Joaquina Pessoa de Vasconcellos, Izabel Maria de Alvarenga Santos, Anna Sampaio Monjardim, Maria F. de Azambuja, Beatriz Coutinho Araújo Mascarenhas.
Terceira	Da frente da Igreja Matriz, seguindo em direção à Ladeira da Matriz e adjacências.	Mariana L. de F. Carvalho, Emília Ayres do Carmo Braga, Victoria da P. Antunes, Luiza Gonçalves Netto, Guilhermina de Souto Pinho Gonçalves, Maria Nunes V. Maciel, Dalmácia Monjardim, Senhorinha E. R. Cabral, Leticia Monjardim.

Quadro 1 – Comissões de senhoras designadas para angariar fundos à instrução pública (1871).

Fonte: Correio da Victoria, 1871, ed. 26, p. 3; O Espírito Santense, 1871, ed. 45, p. 3.

to, ou seja, que indique os procedimentos analíticos utilizados e os materiais empíricos que subsidiaram a investigação. Assim, as biografias coletivas auxiliam na organização de perfis sociais, categorias profissionais ou coletividades históricas, dando evidência aos mecanismos coletivos – de recrutamento, de seleção e de reprodução social – que caracterizam as trajetórias sociais (e estratégias de carreira) dos indivíduos (CHARLE, 2006).

As beneméritas capixabas

Até início da década de 1880, a província capixaba não tinha edifício próprio que pudesse abrigar a Secretaria de Instrução Pública e a escola secundária masculina. Dessa forma, a solução adotada pelo governo foi a locação de imóvel destinado ao funcionamento do Atheneu enquanto o edifício definitivo era construído, com o auxílio da população capixaba. Durante o governo provincial de Francisco Ferreira Correia, que governou entre 1871-1872, nota-se o princípio do esforço de construção da sede para abrigar o futuro Atheneu.

Nos jornais *Correio da Victória* (1871, ed. 26, p. 3) e *O Espírito Santense* (1871, ed. 45, p. 3) consta que uma das ações foi organizar uma comissão de arrecadação

para agenciar os donativos da construção. Coube ao Presidente da Província, a nomeação dos integrantes do grupo, que se reuniram em 23 de março de 1871, na casa do diretor de Instrução Pública, Dr. Francisco de Sousa Cirne Lima. Ao final do encontro, por indicação de Manoel Feliciano Muniz Freire, foi definido que três comissões, formadas exclusivamente por mulheres, seriam responsáveis pela arrecadação de doações pela cidade, as chamadas Comissões de Senhoras, como se pode observar a seguir:

Foram então nomeadas três comissões de senhoras: a primeira tirará esmolas, com bolsas, no dia 17 de abril, por ocasião da festa de N. S. da Penha, a porta da igreja e em outros lugares; a segunda e terceira, agenciarão esmolas, no dia 9 de abril, das 4 horas da tarde em diante, a segunda da frente da igreja matriz em linha reta para o norte, e a terceira para o lado oposto (CORREIO DA VICTÓRIA, 1871, ed. 26, p. 3).

No total, os grupos eram formados por 24 senhoras, que ficaram com a atribuição de saírem com bolsas para arrecadar esmolas em locais e datas pré-determinadas, de acordo com os lugares e períodos mais movimentados da província. A lista das mulheres que participaram das comissões pode ser visualizada a seguir.

Interessante é perceber que a estratégia adotada visava a lugares de ampla circulação dos moradores da capital e seus arredores. A Festa de Nossa Senhora da Penha, realizada na Vila do Espírito Santo⁶, localidade vizinha da Vila da Vitória, constituía-se em uma das maiores festividades religiosas da província e da qual participavam inúmeros fiéis (BONICENHA, 2004). As comemorações relacionadas aos dias santos faziam parte do cotidiano capixaba oitocentista, raros eram os finais de semana que não contavam com procissões e encenações de teatro na capital e suas redondezas (BASTOS, 2009). Da mesma forma, a igreja aos domingos, por ocasião da celebração das missas, transformava-se em espaço para onde grande parte dos moradores se dirigia. Tornava-se, portanto, ambiente favorável para atingir o maior número possível de pessoas e, conseqüentemente, de ofertas.

Pelo registro do nome completo de alguns participantes no Quadro 1, é possível verificar a presença de membros da elite capixaba na construção do Atheu e seu interesse no desenvolvimento da instrução pública secundária na província. Identificamos que três senhoras, entre aquelas que compunham as comissões de arrecadação, foram integrantes da *Associação Libertadora Domingos Martins*, fundada em 1883 por Jose de Mello Carvalho Muniz Freire e Affonso Cláudio de Freitas Rosa, dois intelectuais com destacada atuação política na província. De acordo com Karolina Fernandes Rocha (2016), a associação tinha como meta extinguir o trabalho escravo e valorizava a participação das mulheres no empreendimento, pois a “abolição tratava-se de uma causa humanitária”, tarefa que exigia sentimentos e emoções, caracte-

terísticas tidas como femininas à época. Para tanto, os associados promoviam conferências públicas e arrecadações de donativos para o pagamento das cartas de alforria. Izabel Maria de Alvarenga Santos, senhora integrante da Segunda Comissão apontada no mesmo quadro, entrou para a *Libertadora* no primeiro ano de seu funcionamento e fora responsável, junto com outras mulheres, por angariar doações em espécie e mimos para a quermesse. Já Aurea Ribeiro D’Almeida e Guilhermina de Souto Pinho Gonçalves, tornaram-se membros do grupo a partir de 1884.

Entre as senhoras, destacamos, ainda, Mariana Leopoldina de Freitas Carvalho, dirigente e professora do ensino primário, de música e piano do Colégio Nossa Senhora da Penha, destinado à instrução primária e secundária do sexo feminino, entre 1870 a 1873; Joaquina Pessoa de Vasconcellos, esposa de José Marcellino Pereira de Vasconcelos, prestigiado político e jurista da província e mãe do futuro governante do Espírito Santo;⁷ além das filhas de Alpheo Adelpho Monjardim de Andrade e Almeida, o Barão de Monjardim, as senhoras Dalmácia, Anna e Letícia Monjardim (A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, 1882, ed. 12, p. 2). Por meio do jornal *Correio da Victoria* (1871, ed. 1, p. 4), foi possível identificar também que Maria Nunes Vieira Maciel⁸, Luiza Gonçalves Netto⁹ e Cândida C. Cirne Lima¹⁰ eram esposas de importantes figuras públicas capixabas.

Maria de Lourdes Viana Lyra (2006) argumenta que, nos últimos anos do Império brasileiro, a mulher ainda enfrentava intensa resistência mas-

7 Joaquina era mãe de José Marcellino Pessoa de Vasconcellos (A Província do Espírito Santo, 1883, ed. 226, p. 2), Presidente do Espírito Santo entre 1898-1900 e deputado federal pelo mesmo estado entre 1900-1902.

8 Esposa de Deolindo José Vieira Maciel, que foi juiz e diretor da instrução pública e do Colégio Espírito Santo (O ESPÍRITO SANTENSE, 1872, ed. 150, p. 2).

9 Esposa de Manoel Pinto Netto, comerciante responsável pela iluminação pública de Vitória (JORNAL DA VICTÓRIA, 1868, ed. 469, p. 1).

10 Esposa de Francisco de Souza Cirne Lima, diretor da instrução pública na época e juiz da província capixaba (A FOLHA DA VICTÓRIA, 1883, ed. 41, p. 4).

culina quanto a sua participação no mundo político, já que a sociedade do Oitocentos via a presença feminina restrita aos cuidados domésticos e familiares. A saída encontrada, por algumas mulheres que desejavam ser mais atuantes, foi a organização de sociedades filantrópicas, com o objetivo de ajudar os mais necessitados. Karolina Rocha (2016) explica que o trabalho social exigia características tidas pela sociedade como feminil: cristandade, fraternidade e amor ao próximo. Nada mais sensato do que relegar às mulheres a missão de obter recursos com o trabalho filantrópico, pois elas, com sua “docilidade”, conseguiriam “convencer e apaixonar o público” para as causas que cooperavam (Rocha, 2016).

Ao analisar a atuação de mulheres no movimento abolicionista espírito-santense em fins do Dezenove, Karolina Rocha (2016) esclarece, ainda, que esposas e irmãs dos dirigentes tinham intensa participação nas atividades voltadas à abolição da escravidão. Embora a atuação pública das mulheres se concentrasse na arrecadação de donativos, organização de saraus literários e aquisição de brindes, tais ações estavam longe de serem consideradas apolíticas.

Pelas notícias da empreitada das comissões das senhoras, denota-se o efeito positivo da tarefa de arrecadação. Alguns dias depois, o jornal *Correio da Victoria* publicou que o saldo de doações na Festa de Nossa Senhora da Penha foi de 285\$000¹¹ réis e que esse ato, apesar de sofrer ataques de opositores,¹² era a prova da “generosidade do povo espírito-santense”, com o qual o governo poderia contar para a conclusão da obra (CORREIO DA VICTORIA, 1871, ed. 31, p. 4). Além da quantia monetária, serviços de escravos também foram oferecidos por prestigiosos cidadãos da capital, como se vê do excerto a seguir:

11 Para feito de comparação, em 1870, uma arroba de açúcar branco era exportada do Espírito Santo por 3\$500 e a mesma quantidade de café chegava a ser vendida por 5\$000 (Espírito Santo, 1870, ed. 2, p. 3).

12 O periódico *Correio da Victoria* (1871, ed. 31, p. 4) cita em sua página a existência de uma nota escrita por um correspondente e publicada no *Jornal do Commercio*, que censurava tais atos de doação, entretanto, não localizamos nenhuma referência das citadas doações em jornais com este nome.

Donativos em favor da instrução pública – A comissão de senhoras que no dia 17 do corrente agenciou donativos para a edificação de casas para escolas arrecadou, segundo novamente informam, 285\$000 rs. Além dessa quantia, ofereceram mais os serviços dos seus escravos, pedreiros e carpinteiros, os Srs. Capitão João Chisostomo de Carvalho, Gonçalo de Amorim e Machado, e agente da companhia de vapores José Francisco Ribeiro. À comissão central também subscreveram, com 100\$000 rs cada um, os Srs. Coronel Comandante superior Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas, Reverendo Padre Joaquim de Santa Maria Magdalena Duarte, Dr. Juiz de direito Francisco de Souza Cirne Lima e Dr. Manoel Feliciano Muniz Freire (CORREIO DA VICTORIA, 1871, ed. 31, p. 4).

Por meio dos dados apresentados, é possível perceber a participação das senhoras elitizadas da sociedade capixaba na organização e arrecadação das doações destinadas à importante missão de educar e preparar os jovens alunos e futuros administradores e funcionários públicos do Espírito Santo para adentrar nas faculdades do império (QUIUQUI, 2019). Mesmo que a iniciativa de pedir contribuições para a instrução pública parecesse, ao que tudo indica, não ter partido dessas senhoras, é inegável a postura assumida por essas mulheres e o empenho pela causa da instrução pública na província. Participar de associações, organizar atividades e angariar recursos, mobilizar novas associadas, enfim, envolver-se com o trabalho voluntário era prática recorrente entre as mulheres da elite capixaba, mas a construção do colégio contou com outras doações, possivelmente as de valor mais elevado. Essas doações também tiveram destaque da mídia local, recebendo congratulações da população e governantes.

Donativos e espetáculos à importante missão

Apesar das doações angariadas pela comissão de senhoras ter recebido destaque na mídia, elas não fo-

ram os únicos auxílios recebidos pelo governo provincial para a construção do prédio destinado ao ensino secundário. Da nota anteriormente citada (CORREIO DA VICTÓRIA, 1871, ed. 31, p.4) observa-se também o relevo dado a alguns doadores, cujos nomes figuravam no jornal. Possivelmente se tratava das contribuições mais elevadas, daí o destaque para esses cidadãos. Entre eles, sublinham-se as presenças de José Marcellino Pereira de Vasconcellos, Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas, Padre Joaquim de Santa Maria Magdalena Duarte e João Crisóstomo de Carvalho. José Vasconcelos foi importante advogado, político e intelectual capixaba do século XIX (DAEMON, 2010). Na esfera política, ocupou cargos de vereador, juiz de paz, deputado provincial e geral. No âmbito intelectual, foi jurista e publicou diversos manuais de direito,¹³ além de livros de poesias e, também, sobre a história da província, como o famoso *Ensaio sobre a História e Estatística da Província do Espírito* (1858). Assim como Vasconcellos, Manoel Mascarenhas também atuou na política, sendo um dos chefes do partido conservador da província (DAEMON, 2010). Além disso, também foi deputado provincial nas legislaturas de 1870 a 1873 e vice-presidente da província por vários mandatos. Mascarenhas foi, ainda, proprietário do jornal *O Espírito Santense* durante o ano 1872. Deve-se também mencionar que ele fora o primeiro diretor do Atheneu Provincial (DAEMON, 2010).

O Padre Duarte também teve intensa participação política na província: eleito deputado provincial por alguns mandatos e Inspetor de Instrução Pública, além de vigário da capital e outras localidades da região. Duarte foi dono de escravos, casas e terrenos em Vitória (CORREIO DA VICTORIA, 1849, ed. 47, p. 4), teve condições financeiras para auxiliar a *Santa Casa de Misericórdia* (O CACHOEIRANO, 1888, ed. 44, p. 2), figurando como um dos beneméritos da instituição (DAEMON, 2010). Outro importante doador digno de nota foi João

Crisóstomo de Carvalho. De nacionalidade portuguesa, veio ainda jovem para o Brasil, onde se dedicou às atividades comerciais¹⁴ e, posteriormente, ocupou os cargos de vereador e juiz de paz da Freguesia de Nossa Senhora da Vitória, além de deputado provincial por seis mandatos. É importante destacar ainda sua atuação social na irmandade de Nossa Senhora dos Homens Pretos ao organizar festas dedicadas a São Benedito e à manutenção financeira da banda de música que alegrava a cerimônia (MOTTA, 2018).

No ano seguinte ao início das arrecadações, o *Correio da Victoria* (1872, ed. 48, p. 3) noticiou que os cofres públicos já contavam com 2:427\$440 réis de donativos “destinados à importante missão” de construção da escola secundária em Vitória. Com efeito, o esforço para a edificação do prédio e a participação dos moradores em tal tarefa eram veiculados na imprensa. Em 1873, consta no jornal *O Espírito Santense* que o Alferes Francisco da Rocha Tagarro doou dez dúzias de tábuas de pinho como material para o forro das salas de aulas (O ESPÍRITO SANTENSE, 1873, ed. 166, p. 2). Neste mesmo ano, o Capitão José Ribeiro Coelho cederia seu navio para o transporte do material necessário para a obra que precisasse vir de outra localidade (O ESPÍRITO SANTENSE, 1873, ed. 230, p. 3). Assim, como a construção do edifício contou com doações para sua efetivação, a causa pedagógica da instrução pública também suscitava constante doações. Em 1873, *O Espírito Santense* publicou que José Ribeiro Coelho também cedeu ao Atheneu Provincial “uma primorosa coleção de mapas geográficos, contendo a descrição das cinco partes do mundo” (O ESPÍRITO SANTENSE, 1873, ed. 230, p. 3). O material, segundo a notícia, auxiliaria a aula de geografia. O impresso ressaltava ainda a gratidão pública ao tenente pelo devotamente à causa da instrução pública.

Cidadãos do interior da província também contribuíram para a construção do prédio destinado ao

ensino secundário e a sede destinada à administração da Instrução Pública. Foi o caso do comendador Raphael Pereira de Carvalho, Alexandre Francisco da Silva Calmon e Carlos G. Gunter, membros da comissão formada na Villa de Linhares para agenciar donativos naquela localidade, que enviaram 300\$000 réis aos cofres públicos (CORREIO DA VICTÓRIA, 1871, ed. 68, p. 3).

Apesar do grande esforço na construção do colégio secundário, as doações direcionadas à construção de escolas primárias espalhadas pela província parecia se constituir em prática comum entre os capixabas. Como é perceptível ao observar o senhor Ribeiro Coelho que, em outra oportunidade, cederia 2:000\$000 réis para a construção de escolas em território capixaba (O ESPÍRITO SANTENSE, 1871, ed. 60, p. 1). Localizaram-se, por exemplo, as doações do senador da província, José Martins da Cruz Jobim, que ofereceu a quantia de 300\$000 réis e do deputado provincial e jurista, Misael Ferreira Penna, que ofertou a soma de 1:000\$000 réis (O ESPÍRITO SANTENSE, 1875, ed. 156, p. 1 e 1876, ed. 51, p. 3).

Durante o período de construção do edifício do Atheneu, nota-se também o empenho de professores da região para que a obra fosse concretizada. É o caso, por exemplo, do professor de francês Sr. Ignacio dos Santos Pinto, que ofereceu 416\$600 proveniente dos seus vencimentos para a referida obra. Valor considerável, tendo em vista que um professor desse nível educacional na época recebia cerca de 1:000\$000 anuais (O ESPÍRITO SANTENSE, 1873, ed. 298, p. 2). A generosidade do professor foi, inclusive, ressaltada pelo governo provincial, como se vê a seguir:

Pálidas seriam todas as frases que pudéssemos empregar para louvar o procedimento do digno lente de francês do Colégio Nossa Senhora da Penha, o Sr. Ignacio dos Santos Pinto, oferecendo metade do respectivo ordenado para as obras do edifício da instrução pública, recebendo a outra metade a título de gratificação (Ofícios recebidos pelo Inspetor Geral da Instrução Pública. Fundo de Educação. Caixa 6B).

Espectáculos culturais também contribuíram para as obras do Atheneu. Foi o caso do espetáculo circense organizado pela companhia *Grande Circo Penna & Bastos* (O ESPÍRITO SANTENSE, 1877, ed. 128, p. 4). No jornal, fora noticiado o convite ao público da capital para concorrer ao evento, cujo valor do bilhete de entrada seria revertido em benefício da construção da nova escola. Em relatório de governo, Affonso Peixoto de Abreu Lima comunicou que o espetáculo produziu a quantia de 100\$000 réis, valor que foi recolhido aos cofres do Tesouro Provincial para ter a conveniente aplicação (Relatório, em 19 de fevereiro de 1878).

É importante destacar que as doações particulares eram destinadas a todos os níveis de ensino, não somente ao secundário. Ao que tudo indica, a população capixaba doava aquilo que tinha a disposição: o tempo pessoal para angariar fundos, materiais de construção e pedagógicos, mão de obra escravizada, dinheiro ou espetáculos culturais com a renda revertida à instrução pública. É perceptível então, os diversos esforços para implantar o colégio secundário no Espírito Santo, fato que não foi exclusivo da província, já que outras localidades também organizaram grupos de arrecadação e organizações para gerenciar os donativos.

Doações particulares em outras Províncias

As doações particulares destinadas à organização da instrução pública não ocorreram somente na província do Espírito Santo, outras localidades também organizaram movimentos de arrecadação. Denize Santi e André Castanha (2018) mostram que o deputado e inspetor geral paranaense, Joaquim Ignacio Silveira da Mota, criou em 1858 uma sociedade com fins humanitários para financiar ações ligadas à educação e instrução geral. A dita sociedade era mantida com doações de joias e mensalidades dos associados. Ainda no Paraná, o presidente de província Dr. Carlos

13 Sobre os manuais de direito publicados por José Marcellino Pereira de Vasconcellos, a lista completa pode ser acessada em: <<http://opiniodoctorum.ufes.br>>. Acesso em: junho de 2020.

14 Kátia Sausen da Motta (2018), ao analisar o inventário de Dona Antônia Jacintha Ribeiro, esposa de Crisóstomo, constatou que o casal possuía 17 escravos, uma chácara e duas casas de morada.



Figura 1 – Anúncio de espetáculo circense beneficente (1877). Fonte: *O Espírito Santense*, 1877, ed. 128, p. 4.

Augusto de Carvalho apresentou em seu relato de governo de 1881, uma listagem com personalidades que fizeram doações à instrução pública, exaltando que esse gesto de generosidade contribuiu para elevar o montante aplicado pela província nas escolas públicas (HOFF, 2017). Corroborando com a informação, ao analisar as cartas recebidas pelo inspetor paroquial no mesmo ano do relatório citado, Gisele de Souza (2013) relata que muitas cartas vinham com razoável quantia a ser doada às escolas com o objetivo de melhorar o estado material destas por meio da compra de todos os utensílios necessários para mobiliá-las.

Já Tamires Nascimento de Jesus (2018), ao analisar as correspondências recebidas pelo presidente de Província da Bahia, em 1847, localizou diversos oferecimentos de manuais didáticos ao poder público. Segundo a autora, as doações, em sua maioria, não estavam vinculadas às ideias de altruísmo e desape-

go, pois eram tentativas de autopromoção por parte dos professores que eram autores de compêndios. Assim, as doações não estavam relacionadas à preocupação para com a instrução pública, mas sim com possíveis trocas de favores: a disseminação da obra em troca do abatimento no valor pago em caso de compra por parte do governo local.

Minas Gerais também recebeu donativos por parte da comunidade à instrução pública. A Lei n. 44, de 1859, estabelecia que as pessoas que fizessem doações às escolas teriam seus nomes publicados nos jornais (VEIGA, 2002). A ação tornou-se tão comum, que o governo mineiro regulamentou em 1873 a Caixa Escolar, que serviria para gerenciar tal quantia extra na verba destinada à educação. Outra província que contava com a população civil na organização escolar foi o Maranhão, que de acordo com César Augusto Castro (2009), criou em 1877 a Sociedade Propagadora da Instrução Primária em Guimarães. Essa organização tinha por objetivo, criar escolas de ensino primário, gratificar professores e fornecer livros e roupas aos alunos desvalidos.

Cláudia Viscardi (2008), em seu estudo sobre as experiências filantrópicas brasileiras de caráter leigo, que se desenvolveram entre a primeira metade do século XIX e que tomaram corpo nas primeiras décadas do século XX, mostra que 5,25% da população masculina adulta da sociedade oitocentista brasileira, era ligada a algum tipo de associação praticante de filantropia. Para a autora, existem diversas razões para o comportamento solidário, entre elas destaca-se a necessidade de pertencimento social, pois ajudar e cooperar é uma forma de ser aceito no grupo. As doações funcionariam como uma troca, podendo configurar-se como balanceada ou generalizada. A primeira funciona com trocas igualitárias, já a generalizada se estabelece onde alguém coopera mais do que ganha, sabendo que em algum momento receberá de volta o montante ofertado anteriormente. Corroborando com essa visão, Pierre Bourdieu (1996), ao discutir sobre o poder simbólico, esclarece que mesmo os atos aparentemente desinteressados,

trazem o desejo de acumular. Assim pode-se entender que o benemérito, ao fornecer ajuda financeira à sociedade que está inserido, terá incutido o interesse político ou simbólico em seus atos, já que os donativos podem trazer reconhecimento social e poder político para quem ofertou, ou seja, possibilita as trocas simbólicas, a reciprocidade.

A construção do prédio escolar

Quanto ao local que abrigou o Atheneu Provincial, diversas instituições de ensino ocuparam o espaço ao longo do tempo. Uma dessas instituições é a Escola Estadual de Ensino Médio Maria Ortiz, que ocupa o edifício atualmente, e no livro em comemoração aos 100 anos da escola (ESPÍRITO SANTO, 1992), explica que o antigo terreno foi recebido por meio de doação da família Silva Cabral. A localidade estava situada nas redondezas do Palácio do Governo e a condição para a doação consistia que ele fosse aproveitado unicamente para a área educacional, pois de outra forma seria devolvido aos herdeiros. No entanto, no jornal *Correio da Victoria*, de 21 de março de 1872 (ed. 33, p. 3), encontramos o pedido de compra do referido terreno, feito pelo governo. O local desejado, segundo o Inspetor Provincial, era apropriado para abrigar a casa da instrução pública e pertencia a José da Silva Cabral, Antônio Ribeiro de Atahyde Seraphim e à “viúva do Sr. Silveira”.

O indicativo de compra foi publicado na seção Oficial do periódico e pedia aos proprietários que fornecessem as medidas do referido terreno e que tivessem “espírito patriótico” ao anunciar o valor da venda, cobrando um preço razoável, visto a obra ser de utilidade pública. O mesmo jornal publicou, alguns dias depois, a resposta do Sr. Silva Cabral observando que a quantia solicitada fora de 200\$000 réis para cada proprietário (CORREIO DA VICTORIA, 1872, ed. 58, p. 2). O próprio presidente da Província na época, Francisco Ferreira Correia, solicitou que se obtivesse urgentemente a resposta dos outros proprietários e

que, caso eles concordassem, o dinheiro para a aquisição seria retirado do montante arrecadado com doações. Não é possível afirmar se o terreno foi doado ou adquirido pelo governo local. Mas, de acordo com as memórias de Daemon (2010), a construção do colégio fora iniciada por João Tomé da Silva e perdurou até o mandato de Eliseu Souza Martins, em 1880.

Em sua fala dirigida à Assembleia Legislativa, em 1873, explicando sobre o regulamento que criou o Atheneu e fez a reforma educacional no Espírito Santo, o presidente da Província, João Thomé da Silva, argumentou que encontrou a instrução pública em precárias condições. Assim, a autoridade provincial postulava a necessidade de modificação que, a seu ver, estava baseada nas seguintes ideias: criar “condição de todo verdadeiro progresso” e o fato de que o Brasil se encontrava em grande “esforço no patriótico empenho de expandir a instrução”. Na visão de Silva, as reformas na legislação, no sistema de ensino primário e secundário e do professorado eram necessárias para erguer a condição intelectual da região.

Para elevar o nível educacional, João Thomé da Silva, em seu discurso proferido no início das obras do edifício do Atheneu, em 1873, expressou que a construção foi orçada em 22:000\$980 réis. O presidente da Província ressaltou que o montante fora recebido de doações: 10:000\$, isto é, metade do valor previsto para as obras caracterizou-se de fundo privado, originado de arrecadações dos moradores da província. Do valor contabilizado, denota-se, portanto, a intensa mobilização da sociedade em prol da instalação do secundário formal na província.

Sendo a obra para a construção da sede de longo prazo e a reforma da instrução pública secundária urgente, as aulas do Atheneu Provincial tiveram início no dia 23 de fevereiro de 1873, em prédio alugado. O início do ano letivo ocorreu sob a direção do coronel Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas (Relatório, em 5 de outubro de 1886). Em 25 de março daquele ano, às 17 horas, foi inaugurado solenemente o Atheneu Provincial na capital de Vitória, ainda que em edifício provisório. A cerimônia de abertura foi

digna de nota do memorialista Basílio Daemon que registrou o acontecimento, observando a presença do inspetor geral da Instrução Pública, o bacharel Joaquim José Fernandes Maciel, o Presidente da Província, João Tomé da Silva, além de todos os lentes e elevado número de famílias da capital:

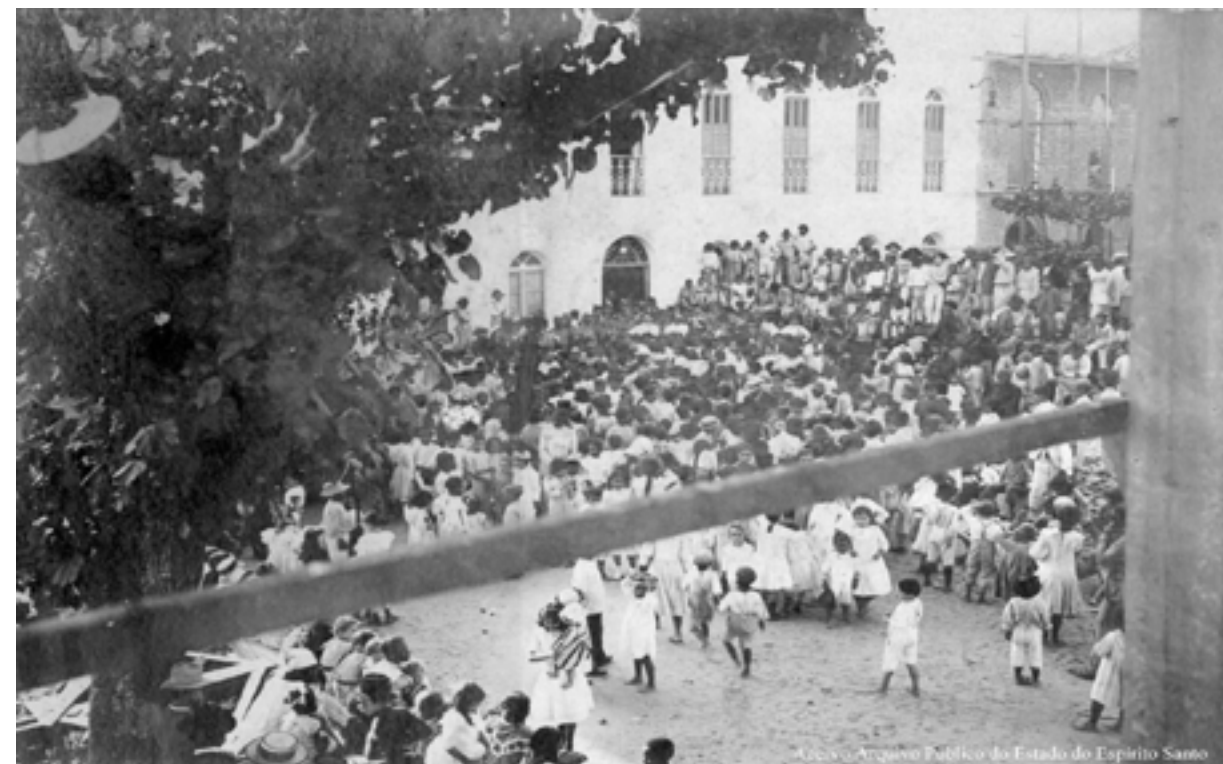
[...] todas as autoridades e funcionários públicos e diversos cidadãos sem distinção de cores políticas, tocando uma banda de música na ocasião e dissertando sobre o magno assunto e recitando algumas poesias o bacharel Manoel Godofredo de Alencastro Autran, Dr. José Feliciano de Noronha Feital, Dr. Garcez, Dr. Schimid da Cunha e outros (DAEMON, 2010, p. 460).

No primeiro momento, o Atheneu foi instalado no prédio alugado na Rua da Matriz (atual Rua Pedro Palácio), um dos logradouros mais movimentados da capital capixaba (BASTOS, 2009). O edifício pertencia à rica família da D. Anna da Fraga Ribeiro, viúva do capitão José Ribeiro Coelho, que, de acordo com os despachos governamentais publicados nos jornais analisados, possuía escravos, terrenos, casas e sítios na capital capixaba (O ESPÍRITO SANTENSE, 1873, ed. 308, p. 3). Como se mencionou anteriormente, fora Ribeiro Coelho um dos doadores para a construção da sede definitiva da escola. Não foi localizado até que período o colégio ficou instalado no edifício da família Coelho Ribeiro, mas identificou-se que, em 25 de abril de 1878, Dona Anna pediu aumento de 50% no valor do aluguel pago pelo governo provincial. No entanto, o diretor da Inspeção de Instrução Pública sugeriu ao presidente da Província que concedesse somente 20%, já que o órgão público foi responsável por diversos reparos e melhorias no imóvel alugado. Nesse sentido, também orientou que novo contrato fosse confeccionado para que o Atheneu funcionasse naquele estabelecimento até a conclusão das obras da sede definitiva (Fundo de Educação, L. 93). Ao que parece, o governo provincial não foi capaz de arcar com o respectivo aumento, já que Donna Anna Ri-

beiro fez pedido formal do pagamento dos aluguéis atrasados dos meses de abril a junho daquele ano (A ACTUALIDADE, 1878, ed. 91, p. 2).

Apesar do desejo do governo em ter um prédio definitivo para a instituição secundária, a obra não tinha previsão para ser concluída, o que exigiu da administração provincial a mudança de localização do Atheneu. Em 26 de março de 1879, o diretor da Inspeção de Ensino anunciou novo local capaz de abrigar satisfatoriamente o colégio. Tratava-se de um sobrado de dois pavimentos, localizado na Praça do Imperador, cuja frente dava para a rua Primeiro de Março, próximo ao Palácio do Governo (Fundo de Educação, L. 96). O proprietário do imóvel era Antônio Caetano de Sousa e o novo aluguel custou aos cofres públicos o valor de 100\$000 réis mensais. Além do Atheneu, no local também fora estabelecida a Secretaria da Instrução Pública, além de servir como residência para o diretor do colégio e sua família.

Por meio de doações e participação governamental, a escola foi transferida para o seu local definitivo em 1880 (Relatório, 9 de março de 1880). O novo edifício localizava-se ao lado da sede do Governo Provincial. Em relatório de governo, o Presidente de Província, Eliseu de Sousa Martins, mencionou que as obras da instituição se encontravam paradas desde 1874 e, por isso, o prédio estava abandonado e ocupado por retirantes nordestinos. Segundo o Presidente, a ocupação causou danos na estrutura física do edifício. Em seu discurso relatou, ainda, que até aquele momento cerca de 30:000\$000 réis tinham sido gastos com a estrutura do novo imóvel, sendo 10:000\$000 réis provenientes dos cofres públicos. Argumentando que eram injustificáveis os gastos em face à realidade da construção, tendo em vista apenas a finalização das paredes e teto, o político solicitou a inspeção da obra inacabada por autoridade competente em 1879, no início de seu mandato. O engenheiro encarregado pelas obras públicas da província ficou responsável pela vistoria e elaborou relatório técnico sobre o assunto. Nele foi informado que o prédio ameaçava ruir, daí a urgência em retomar a obra para sua conclusão.



Fotografia 1 – Pátio da Escola Normal Pedro II (1912). Fonte: APEES. Catálogo Geral de Fotos. Pasta JSM, imagem 051.

Com efeito, no ano seguinte, em 1880, a construção da sede definitiva do Atheneu fora concluída. Ao final do seu governo, Eliseu Martins entregou o novo edifício. O empreendimento tinha 14 metros de largura e oito metros de altura sob 24 metros de comprimento, contendo nove janelas adornadas na sua fachada distribuídas em dois pavimentos. O imóvel contava com cinco salas espaçosas para as aulas diárias, uma sala destinada à direção, dois compartimentos para cômodo dos estudantes e porteiro, além de cozinha, dispensa e quarto para os criados. O imóvel abrigava ainda a Secretaria de Instrução Pública da Província e seu arquivo, a sala para as reuniões do Conselho Central e, por fim, a Biblioteca Pública (Relatório, 9 de março de 1880, p. 6). Interessante é destacar que ao final do seu relatório de governo, o Presidente de Província registrou os agradecimentos aos cidadãos colaboradores da construção do Atheneu Provincial, destacando o empenho e a generosi-

dade de Jose Ribeiro Coelho e José da Silva Cabral.

Apesar da inauguração recente do prédio, a imprensa já noticiava a necessidade de melhorias e reparos prediais poucos anos após a finalização da construção. Em 1884, por exemplo, a biblioteca foi transferida para imóvel em frente ao colégio com o intuito do antigo espaço servir como sala de aula. A transferência foi ensejada pelo início da reforma do telhado que se encontrava danificado pelas inúmeras goteiras que atingiam quase todos os cômodos do andar superior (O HORIZONTE, 1884, ed. 53, p. 3). Quatro anos depois, em 1888, em virtude de outros reparos, as aulas da instituição chegaram a ser deslocadas para o paço da Assembleia Legislativa Provincial (A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, 1888, ed. 1683, p. 3).

Construído e instalado em área nobre da capital da província, os prédios destinados à instrução pública indicam a importância dada ao setor educacional pelo governo. Para Cleonara Maria Schwartz



Fotografia 2 – Sala de aula da Escola Normal Pedro II (1948). Fonte: APEES. Fundo de Serviço de Cinema, Rádio e Teatro Educativo. Série Carlos Fernando Monteiro Lindemberg. Imagem CFML 888-897.

(2004), a implantação da escola secundária no território mais prestigiado de Vitória, ladeado pelas moradias das pessoas mais distintas da sociedade capixaba e dos órgãos que representavam o poder legislativo e executivo, demonstra que o colégio agia para projetar seu exemplo e influenciar a população na aquisição dos saberes escolares. Apesar dos constantes apelos de reforma, o edifício permanente do Atheneu Provincial do Espírito Santo sempre abrigou importantes escolas secundárias da região. Nas imagens abaixo, pode-se observar a fachada e uma das salas de aulas da Escola Normal Pedro II, que devido às reformas governamentais substituiu o Atheneu Provincial, em 1892.

Considerações finais

O Atheneu Provincial foi fundado em 1873 com o intuito de educar a juventude masculina da província do Espírito Santo, buscando inseri-los nas faculdades

do Império, além de contribuir para a formação de mão de obra qualificada para os serviços públicos. Entretanto, o governo provincial não possuía orçamento suficiente para alavancar tal estrutura educacional. Tal papel coube, em grande parte, à elite espírito-santense, que auxiliou financeiramente na construção do prédio escolar. Cabe ressaltar que apesar de ser uma instituição administrada pelo governo provincial, o Atheneu não era gratuito. As famílias tinham que desembolsar entre 10\$000 a 16\$000 réis anuais (MOACYR, 1937), para arcar com as taxas de matrícula e mensalidade.

Os donativos financeiros e de materiais para a construção do prédio escolar iniciou-se em 1871, com as comissões de senhoras e de grandes quantias monetárias de particulares, e permaneceu ao longo dos anos. Em 1880, ano de conclusão das obras, a província já tinha arrecadado e gastado 20:000\$000 réis de doações particulares para o Atheneu Provincial. Após análise prosopográfica, identificou-se que os beneméritos eram integrantes de importantes famílias

capixabas e que pertenciam à elite administrativa. Já que as doações eram constantemente divulgadas nos periódicos de grande circulação na província, é possível supor, então, que a filantropia funcionava como propaganda política e social também.

Assim, a comoção e empenho das famílias elitizadas e da sociedade em geral para angariar fundos, objetivando construir uma escola de ensino secundário masculina na capital, de certo modo demonstra que a filantropia da sociedade aconteceu em benefício próprio. É possível supor que, ao fazer doações para a construção do Atheneu Provincial, esperava-se que a instituição fosse capaz de auxiliar os jovens no estudo sistemático para os exames admissionais das faculdades brasileira ou para assumir cargos administrativos no governo local.

Referências

Fontes

- A *Actualidade*, 1878, ed. 91. Disponível em: < <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> >. Acesso em: julho 2020.
- A *Folha da Victória*, 1883, ed. 41. Disponível em: < <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> >. Acesso em: julho 2020.
- A *Província do Espírito Santo*, 1882, ed. 12; 1883, ed. 226; 1888, ed. 1683. Disponível em: < <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> >. Acesso em: julho 2020.
- Correio da Victoria*, 1849, ed. 47; 1871, ed. 1, 26 e 31; 1872, ed. 33, 48 e 58. Disponível em: < <http://bndigital.bn.gov.br/> >. Acesso em: julho 2020.
- ESPÍRITO SANTO. *Fala com que foi aberta a sessão extraordinária da Assembleia Provincial pelo Sr. Presidente da Província, Dr. João Thomé da Silva, em maio de 1873*. Disponível em: < <https://ape.es.gov.br/relatorios-e-mensagens-2> >. Acesso em: julho 2020.
- ESPÍRITO SANTO. *Fala dirigida a Assembleia Legislativa Provincial pelo sr. Presidente da província do Espírito Santo, Dr. João Thomé da Silva, na da abertura de sua sessão ordinária, em 10 de setembro de 1873*. Disponível em: < <https://ape.es.gov.br/relatorios-e-mensagens-2> >. Acesso em: julho 2020.
- ESPÍRITO SANTO. *Livro de registro de ofícios da Inspeção de Ensino*. Fundo de Educação. Livro 96.
- ESPÍRITO SANTO. *Livro de registro de ofícios do Diretor da Instrução Pública à Presidência da Província*. Fundo de Educação. Livro 93.
- ESPÍRITO SANTO. *Ofícios recebidos pelo Inspetor Geral da Instrução Pública*. Fundo de Educação. Caixa 6B.
- ESPÍRITO SANTO. *Relatório apresentado a Assembleia Legislativa do Espírito Santo, pelo presidente da província, Dr. Eliseu de Sousa Mar-*

tins, em sessão ordinária de 9 de março de 1880. Disponível em: < <https://ape.es.gov.br/relatorios-e-mensagens-2> >. Acesso em: julho 2020.

ESPÍRITO SANTO. *Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo pelo Presidente da Província, Dr. Antônio Joaquim Rodrigues, em 5 de outubro de 1886*. Disponível em: < <https://ape.es.gov.br/relatorios-e-mensagens-2> >. Acesso em: julho 2020.

ESPÍRITO SANTO. *Relatório apresentado pelo Presidente do Estado do Espírito Santo, Dr. Jose de Mello Carvalho Muniz Freire, ao passar o governo ao Dr. Graciano dos Santos Neves em 23 de maio de 1896*. Disponível em: < <https://ape.es.gov.br/relatorios-e-mensagens-2> >. Acesso em: julho 2020.

ESPÍRITO SANTO. *Relatório com que dr. Miguel Bernardo Vieira de Amorim, 2. Vice-Presidente, passou a administração desta província ao dr. Joaquim José Affonso Alves no dia 12 de janeiro de 1884*. Disponível em: < <https://ape.es.gov.br/relatorios-e-mensagens-2> >. Acesso em: julho 2020.

ESPÍRITO SANTO. *Relatório do Dr. Affonso Peixoto de Abreu Lima a Assembleia Provincial do Espírito Santo na sessão do dia 28 de julho de 1877*. Disponível em: < <https://ape.es.gov.br/relatorios-e-mensagens-2> >. Acesso em: julho 2020.

Jornal da Victória, 1868, ed. 469. Disponível em: < <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> >. Acesso em: julho 2020.

O Cachoeirano, 1888, ed. 44. Disponível em: < <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> >. Acesso em: julho 2020.

O Espírito Santense, 1871, ed. 45 e 60; 1872, ed. 150; 1873, ed. 166, 230, 298 e 308; 1875, ed. 156; 1876, ed. 51; 1877, ed. 128. Disponível em: < <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> >. Acesso em: julho 2020.

O Horizonte, 1884, ed. 53. Disponível em: < <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> >. Acesso em: julho 2020.

PENNA, Misael Ferreira. *História da Província do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Typographia de Moreira, Maximino & C., 1878.

Obras de apoio

- BASTOS, Fabíola Martins. *Relações sociais, conflitos e espaços de sociabilidade: formas de convívio no Município de Vitória, 1850-1872*. 2009. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2009.
- BEDIAGA, Begonha. Discreto personagem do império brasileiro: Luís Pedreira do Couto Ferraz, visconde do Bom Retiro (1818-1886). *Topoi*, Rio Janeiro, v. 18, n. 35, 2017. Disponível: <https://bit.ly/2KwCmY1>. Acesso em: setembro de 2020.
- BONICENHA, Wallace. *Devoção e caridade: as irmandades religiosas na cidade de Vitória*. Vitória: Multiplicidade, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papyrus, 1996.
- CASTRO, César Augusto (org.). *Leis e regulamentos da instrução pública no Maranhão Império: 1835-1889*. São Luís: EDUFMA, 2009.
- CHARLE, Christophe. A prosopografia ou biografia coletiva: ba-

lanço e perspectiva. In: HEINZ, Flávio M. (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

DAEMON, Basílio Carvalho. *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística*. 2. ed. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010.

ESPÍRITO SANTO. *100 anos: Escola Maria Ortiz*. Vitória: 1992.

FARIA FILHO, L. M. Instrução elementar do século XIX. In: FARIA FILHO, L. M. (Org.); VEIGA, C. G. (Org.); LOPES, E. M. T. (Org.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

FERREIRA, Dirce Nazaré de Andrade. *Poder e relações políticas na educação: o método lancasteriano no ensino público do espírito santo (1827 a 1860)*. 2015. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

FRANCO, Sebastião Pimentel. A instrução na província do espírito santo entre 1835 e 1848: os avanços possíveis. In: Congresso Brasileiro de História da Educação, 6, 2011, Vitória. *Anais...* Vitória, ES: Sociedade Brasileira de História da Educação, 2011. Disponível: <https://bit.ly/21f19tj>. Acesso em: setembro de 2020.

GONDRA, José; SCHUELER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no império brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008.

HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto. *O ensino secundário no Brasil Império*. 2. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

HEINZ, Flávio M. O historiador e as elites – à guisa de introdução. In: HEINZ, Flávio M. (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

HOFF, Sandino. A expansão da manufatura ervateira no planalto paranaense no século XIX e suas repercussões sociais e educacionais. In: Seminário nacional de estudos e pesquisas, 4, 1997, Campinas. *Anais...* O Debate Teórico-Metodológico da História e a Pesquisa Educacional. Campinas, UNICAMP, 1997.

JESUS, Tamiris Nascimento. *“Do pedido à mercê”: investigação das correspondências sobre doação de livros às escolas públicas da Bahia no século XIX, ou, A instrução pública na Bahia oitocentista: o que revelam as correspondências sobre doação de livros às escolas públicas?*. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. A atuação da mulher na cena pública: diversidade de atores e de manifestações políticas no Brasil imperial. In: *Almanack Braziliense*, n. 3, p. 105-122, maio/2006.

MOACYR, Primitivo. *A instrução e o Império: subsídios para a história da educação no Brasil, 1854-1887*. São Paulo: Ed. Nacional, 1937.

MOTTA, Kátia Sausen. *Eleições no Brasil do oitocentos: entre a inclusão e a exclusão da patuleia na cidadela política (1822-1881)*. 2018. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Vitória, 2018.

QUIUQUI, Meryhelen Alves da Cruz. *Pantheon das victorias litterarias da mocidade: o Atheneu e o ensino secundário na província*

do Espírito Santo (1873-1892). 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Vitória, 2019.

ROCHA, Karolina Fernandes. *Mensageiras da liberdade: mulheres, abolicionismo e recrutamento militar (Província do Espírito Santo 1836-1888)*. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Vitória, 2016.

SANTI, Denize; CASTANHA, André. A atuação de Joaquim Ignacio Silveira da Mota na organização da instrução pública paranaense entre as décadas de 1850-1860. *Revista Brasileira de História da Educação*, 18, 2018.

SCHMIDT, Benito Bisso. História e Biografia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

SCHWARTZ, Cleonara Maria. “Tradicional instituição” e “Ensino de qualidade”: representação e imagem da Escola Normal D. Pedro II nos anos de 1950 - Vitória (ES). In: Congresso Brasileiro de História da Educação, 3, 2004, Londrina. *Anais...* Educação Escolar em Perspectiva Histórica. Londrina: SBHE, PUCPR, UEL, UEM, UEPG, FACIPAL, UTP, UFPR, 2004. v. 1.

SOUZA, Gizele. O arquivo público paranaense: possibilidades para a pesquisa em história da educação no período provincial. In: *Educação e Pesquisa*, v. 39, n. 3, São Paulo July/Sept. 2013.

VEIGA, Cynthia Greive. A institucionalização das cadeiras de instrução elementar em minas gerais no século XIX e a produção da profissão docente. In: Congresso Brasileiro de História da Educação, 2, 2002, Natal. *Anais...* História e Memória da Educação Brasileira. Natal: UFRN, 2002, v. 1.

VISCARDI, Cláudia. Experiências da prática associativa no Brasil (1860-1880). In: *Topoi*, v. 9, n. 16, jan.-jun. 2008, p. 117-136.

Recebido em: 27/07/2020

Aprovado em: 24/08/2020

